

Maria Regina Sousa
Governadora do Estado do Piauí

Antônio Rodrigues de Sousa Neto
Secretário de Governo
RFE-2023

LEI Nº 7.925, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar).

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.....

VI - Comando de Policiamento Especializado, com sede em Teresina e atuação em todo o Estado, responsável pelas Unidades de Policiamento Ostensivo Especializadas: o Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA), o Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual (BPRE), o Batalhão de Policiamento de Guardas (BPGda), o Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), o Batalhão Especial de Policiamento do Interior (BEPI), Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Batalhão de Policiamento Rondas Ostensivas de Natureza Especial (ROME), Batalhão Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROCAM) e Regimento de Policiamento Montado (RPMont) e Batalhão de Operações Aéreas (BOAer);

Art. 40-A. O Batalhão de Policiamento Rodoviário e Divisas Estadual –BPRDE- passa a denominar-se Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual – BPRE, órgão responsável pelo policiamento ostensivo de trânsito e fiscalização nas rodovias, com a finalidade de executar ações de segurança pública e trânsito nas rodovias de todo o Estado do Piauí, sendo constituído, em sua estrutura básica, de 02 (duas) Companhias de Policiamento Rodoviário Estadual – CPRE. (NR)

Art. 40-6

II - o Batalhão Especial de Policiamento do Interior (BEPI), com sede em Teresina-PI, com circunscrição operacional na área rural em todo o Estado do Piauí, a ser instalado com a seguinte estrutura básica:

b) 2ª Companhia Policial Militar destacada, com sede na área regional do Comando de Policiamento do Litoral Meio Norte (CPLMN);

c) 3ª Companhia Policial Militar destacada, com sede na área regional do Comando de Policiamento do Semiárido (CPSA); e

d) 4ª Companhia Policial Militar destacada, com sede na área regional do Comando de Policiamento dos Cerrados (CPCE);

Art. 2º O Anexo X da Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004, quanto às funções de chefia e assessoramento da Polícia Militar do Piauí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO X
GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE CHEFE E ACESSORAMENTO POLICIAL MILITAR

GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE CHEFIA E ACESSORAMENTO POLICIAL MILITAR			
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ			
FUNÇÕES DE CHEFIA E ACESSORAMENTO POLICIAL MILITAR DO COMANDO GERAL			
FUNÇÃO	POSTO	QUANT.	VALOR
.....
.....
.....
.....
.....
.....
FUNÇÕES DE CHEFIA E ACESSORAMENTO POLICIAL MILITAR DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO			
FUNÇÃO	POSTO	QUANT.	VALOR
.....
Subchefe do Departamento Geral de Operações (DGO/PMP), Chefe do COPOM, Coordenador da Patrulha Maria da Penha (PMP), Subcomandantes de Policiamento (CPM I, CPM II, CPLMN, CPCE, CPSA, CPE, CPCom), Comandantes de BPM (1º BPM ao 28º BPM), Comandantes de Unidades Especializadas (BPGdas, BPA, BPRe, BPTran, BEPI, BOPE, RONE, BOPAer, RPMont, ROCAM)	TenCel PM	48	1.400,00
Comandante da CIPE, Coordenador-Adjunto da PMP, Chefia da Divisão Administrativa da DGO, Chefia da Divisão Administrativa dos Comandos de Policiamento (CPM I, CPM II, CPLMN, CPCE, CPSA, CPE), Subcomandantes de BPM (1º BPM ao 28º BPM), Subcomandantes de Unidades Especializadas (BPGdas, BPA, BPRe, BPTran, BEPI, BOPE, RONE, BOPAer, RPMont, ROCAM), Chefia das Divisões da PMP (2), Coordenador do PROERD, Coordenador do CPMIR	Major PM	51	1.200,00
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
FUNÇÕES DE CHEFIA E ACESSORAMENTO POLICIAL MILITAR DOS ÓRGÃOS DE APOIO			
FUNÇÃO	POSTO	QUANT.	VALOR
.....
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ			
.....			

.. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as alíneas "a" e "b" do art. 40-A, da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 30 de dezembro de 2022.

Maria Regina Sousa
Governadora do Estado do Piauí

Antônio Rodrigues de Sousa Neto
Secretário de Governo
REF.2024

LEI Nº 7.926, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Lei nº 7.048 de 16 de outubro de 2017.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 7.048 de 16 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

m) Núcleo de Formação e Desenvolvimento Profissional dos Servidores do estado do Piauí "Antônio Freire" – NUFAF.

"Art. 15-A. Os cargos que compõem a estrutura funcional do NUFAP serão ocupados por servidores efetivos da UESPI e de livre nomeação do Magnífico Reitor.

§ 2º Os profissionais da educação pública estadual efetivos poderão ser lotados no NUFAP, na forma da Lei Complementar 71, de 26 de julho de 2006 e suas alterações para composição de equipes técnicas.

§ 3º O Plano Gerencial do NUFAF, aprovado pelo Reitor da Universidade Estadual do Piauí, mediante proposta da Diretoria do Núcleo, dimensionará o quantitativo de servidores necessários ao regular funcionamento do Núcleo.

§ 5º As despesas com o funcionamento do NUFAP correrão por conta do orçamento anual da UESPI, bem como de recursos provenientes de convênios com órgãos de administração pública direta ou indireta e/ou privadas." (NR)

Art. 2º O Anexo III – DOS ORGÃOS EXECUTIVOS SUPLEMENTARES – da Lei nº 7.048 de 16 de outubro de 2017, passa a vigorar acrescido da Tabela a seguir:

"ANEXO III
DOS ORÇÃOS EXECUTIVOS SUPLEMENTARES"

CARGO/FUNÇÃO	Símbolo	Quantidade
Diretor	DAS-4	1
Coordenador de Planejamento	DAS-3	1
Coordenador de Programas, Projetos e Cursos Integrados	DAS-3	1
Coordenador de Monitoramento e Avaliação	DAS-3	1
Secretário de Apoio de Cursos de Extensão	DAS-2	1
Secretário de apoio de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu	DAS-2	1
Assistente de Tecnologia de Informação e Comunicação	DAS-2	1
Assistente de Serviços	DAI-7	5